

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00423/2021)

**DEVEDOR**

<b>Ente Federativo/UF:</b>	Igarapava/SP	<b>CNPJ:</b>	45.324.290/0001-67
<b>Endereço:</b>	Rua Dr Gabriel Vilela 413	<b>CEP:</b>	14540-000
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>Fax:</b>	(017) 3172-4776
<b>Telefone:</b>	(016) 3172-4776		
<b>E-mail:</b>	pmigarapava@igarapava.sp.gov.br		
<b>Representante</b>	JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR		
<b>CPF:</b>	162.070.128-60		
<b>Cargo:</b>	Prefeito	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	gabinete@igarapava.sp.gov.br	<b>Data início da</b>	01/01/2017

**CREDOR**

<b>Unidade Gestora:</b>	Instituto de Previdência Municipal de Igarapava	<b>CNPJ:</b>	10.959.076/0001-00
<b>Endereço:</b>	Avenida Maciel 700	<b>CEP:</b>	14540-000
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>Fax:</b>	(016) 3172-4776
<b>Telefone:</b>	(016) 3172-4776		
<b>E-mail:</b>	institutoideprevidenciaigarapava@yahoo.com.br		
<b>Representante</b>	Reginaldo de Souza		
<b>CPF:</b>	167.211.938-33		
<b>Cargo:</b>		<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>		<b>Data início da</b>	03/01/2019

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei 925/2020 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência Municipal de Igarapava é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Igarapava da quantia de R\$ 6.646.141,69 (seis mil e seiscentos e quarenta e seis mil e cento e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patrocinada devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2020 a 12/2020, detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Igarapava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de o importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 6.646.141,69 (seis milhões e seiscentos e quarenta e seis mil e cento e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos), será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 138.461,29 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 138.461,29 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), vencerá em 10/03/2021 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixas atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em dívida ativa, tendo sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 925/2020.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JULIO CESAR COUTINHO NAHUIZ. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GF55-5TYE-5KKB-5XU7

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00423/2021)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês de consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incluída a atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, (três) meses consecutivos ou alternados.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o moroso parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem a sua Comarca.


Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.


Igarapava - SP / 05/02/2021

Prefeitura Municipal de Igarapava  
JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR

Instituto de Previdência Municipal de Igarapava  
Reginaldo de Souza

**Testemunhas**

  
Geza Maria Mendonça Ladislau  
Diretora Financeira  
CPF: 257.201.488-25  
RG: 24.162.285-2

  
Cláudio Eustáquio Filho  
jurídico  
CPF: 132.103.368-06  
RG: 236461928

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00423/2021)

**DECLARAÇÃO**

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00423/2021, firmado entre o/a Igarapava e o Instituto de Previdência Municipal de Igarapava em 05/02/2021, foi publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ no

☒ mural

( ) Jornal \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Diário Oficial do \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Igarapava, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR  
Prefeito



**AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM****Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários**

Acordo CADPREV nº	00423/2021	Data	01/02/2021
Valor consolidado	6.646.141,69	Valor da prestação inicial	138.461,29
Número prestações	48	Vencimento 1ª prestação	10/03/2021

**DEVEDOR**

Ente Federativo	Igarapava/SP	CNPJ	45.324.290/0001-67
Representante Legal	JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR	CPF	162.070.128-60
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	6532-3
		Conta nº	73017-3

**CREDOR**

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia Municipal de Igarapava	CNPJ	10.959.076/0001-00
Representante Legal	Reginaldo de Souza	CPF	167.211.938-33
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	6532-3
		Conta nº	5927-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;  
1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

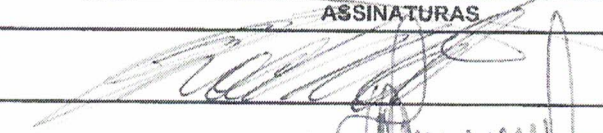
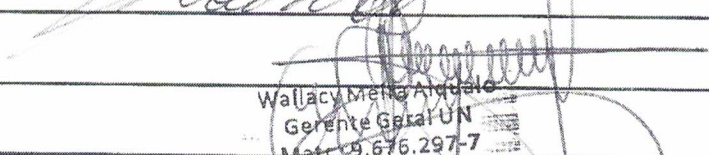
2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Igarapava/SP - 05/02/2021

**ASSINATURAS**

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	Wallacy Maria Almeida Gerente Geral UN Matr. 09.676.297-7

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 45.324.290/0001-67  
Ente: Prefeitura Municipal de Igarapava / SP  
Título APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL  
Lei autorizativa do LEI 925/2020

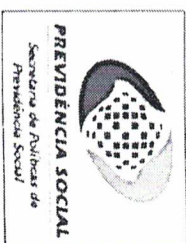
Número do acordo: 00423/2021

Data de consolidação do 01/02/2021  
Data de assinatura do Termo: 05/02/2021  
Data de vencimento da 1ª 10/03/2021

### 2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal	Quantidade de Parcelas: 48
Competência Inicial: 03/2020	Final: 12/2020
Diferença 6.148.557,50	Diferença apurada 6.646.141,69
Valor da parcela na data de 138.461,29	
Critérios de atualização para consolidação do	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Composto
	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Composto
	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Composto
	Multa: 2,00 %

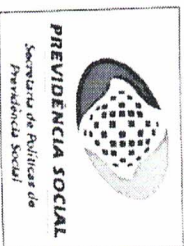




## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
03/2020	614.855,75	0,07	3,97	24.409,77	5,11	32.666,47	12.297,12	684.229,11
04/2020	614.855,75	-0,31	4,29	26.377,31	4,59	29.432,60	12.297,12	682.962,78
05/2020	614.855,75	-0,38	4,69	28.836,73	4,07	26.198,28	12.297,12	682.187,88
06/2020	614.855,75	0,26	4,42	27.176,62	3,55	22.792,15	12.297,12	677.121,64
07/2020	614.855,75	0,36	4,04	24.840,17	3,04	19.446,76	12.297,12	671.439,80
08/2020	614.855,75	0,24	3,79	23.303,03	2,53	16.145,42	12.297,12	666.601,32
09/2020	614.855,75	0,64	3,13	19.244,99	2,02	12.808,83	12.297,12	659.206,69
10/2020	614.855,75	0,86	2,25	13.834,25	1,51	9.493,22	12.297,12	650.480,34
11/2020	614.855,75	0,89	1,35	8.300,55	1,00	6.231,56	12.297,12	641.684,98
12/2020	614.855,75	1,35	0,00	0,00	0,50	3.074,28	12.297,12	630.227,15
<b>TOTAL:</b>	<b>6.148.557,50</b>			<b>196.323,42</b>		<b>178.289,57</b>	<b>122.971,20</b>	<b>6.646.141,69</b>



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Igarapava / SP - 45.324.290/0001-67  
Representante 162.070.128-60 - JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência Municipal de Igarapava - 10.959.076/0001-00  
Representante 167.211.938-33 - Reginaldo de Souza

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura:

TESTEMUNHAS

Nome Geza Mara Mendonça Ladislau  
Cargo Diretora Financeira  
CPF: 257.201.488-25

Nome Cláudio Eustáquio Filho  
Cargo Jurídico  
CPF: 132.103.368-06